

A força da verdade



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Sou remanescente dos melhores momentos do jornalismo no Brasil, época em que os repórteres dos jornais diários não eram obrigados a competir com as notícias 24 horas da tevê a cabo. Os jornalistas tinham a possibilidade de viajar para qualquer lugar em que houvesse chance de uma boa reportagem. No meu tempo de *Veja*, por exemplo, anos setenta, fui de avião pequeno, teco-teco alugado, ao encontro dos indígenas gigantes nas margens do Rio Peixoto de Azevedo, na divisa dos estados do Amazonas e Mato Grosso.

Hoje no local existe uma cidade. Na época, era selva amazônica. Dormi no mato, com os indígenas. Tive a rara oportunidade de presenciar o primeiro contato de selvagens com os brancos, representados por Cláudio Villas Boas, personagem de outro planeta, filósofo, tranquilo e profundo conhecedor do Brasil. A reportagem virou matéria de capa da *Veja* e ocupou mais de seis páginas da revista.

O jornalismo atual foi invadido pelas mesas redondas de especialistas e jornalistas que começam a responder a qualquer pergunta com as palavras mais mortais no mundo da imprensa: “eu acho”. O país está saturado por notícias falsas, informações exageradas, incompletas, afirmações sem fundamento que aparecem nos noticiários de televisão e são corrigidos nas edições seguintes. Não é um fenômeno brasileiro, é universal. Estamos todos

submetidos à pressa, ao trabalho de apuração malfeito, à preguiça que invadiu as redações, além de definições das ideologias e dos modismos em vigor. No caso de Brasília, as entrevistas pessoais foram substituídas pela conversa ao telefone celular. Tudo é improvisado, submetido aos rigores do espaço disponível e dos humores do jornalismo ao vivo.

A eleição presidencial brasileira é notável nesse sentido. Só há candidatos de direita, contra um senhor de mais de 80 anos que, teoricamente, representa a esquerda. A campanha se sustenta, pela falta de ideias, no desfile de escândalos. O banqueiro que corrompeu boa parte dos poderosos brasileiros infiltrou-se em todos os lugares. Tem até uma parte da sociedade que comanda um clube de futebol em Minas Gerais. Daqui a pouco, vão descobrir esse pedaço de escândalo.

De escândalo em escândalo, o debate eleitoral não chega a lugar nenhum. Aliás, nenhum dos candidatos apresentou alguma proposta parecida com programa de governo. Ninguém projeta o futuro. A única preocupação é garantir vantagens pessoais para seu grupo. Nem o atual presidente conseguiu apresentar seu projeto de país para os próximos quatro anos.

O extremista procura se colocar sob a asa de Donald Trump, o que é lamentável porque a eleição vai ocorrer no Brasil, não nos Estados Unidos. O governo norte-americano agora administra o futuro da Venezuela. Deve servir de horizonte para o filho de Jair, se for eleito. Mas ninguém se lembrou de fazer as perguntas certas ao candidato. Mesmo porque é de conhecimento público que ele não tem as respostas.

É lamentável chegar a esse nível de descompromisso com a notícia. Tempos atrás, anos sessenta, neste mesmo *Correio Braziliense*, era um foca iniciante que fazia o turno da noite. Chegava

no jornal às 18 horas e saía depois da meia noite, quando a primeira página era concluída. Meu chefe era o Alfredo Obliziner, editor de saudosa memória, ótimo jornalista e grande companheiro. Quando irritado, ficava vermelho de raiva. Parecia que ia explodir.

Minha função era auxiliar no fechamento da primeira página. Fazia títulos, reescrevia matérias e produzia legendas. Numa determinada noite, encontrei Alfredo a ponto de estourar. Havia um militar na redação. Não me lembro da patente. Estava uniformizado. Entregava o material ao Alfredo, e ele passava ao militar. Depois o texto voltava para minha apreciação todo rabiscado. Censura.

O militar dizia o que podia e que não podia ser publicado. Censura de corpo presente. O devaneio da ditadura. Ninguém consegue impedir a narrativa da história, nem o correr dos fatos. Mas os censores tinham a pretensão de reescrever a realidade. O espaço é pequeno para assunto tão controverso. A atividade dos censores resultou em muita confusão. Uma edição inteira do *Correio* chegou a ser empastelada. O pessoal ficou preso na redação toda a noite.

Mas, um dia o vento muda. E mudou. Os militares voltaram para os quartéis, e o Brasil se reencontrou com a democracia. A realidade costuma prevalecer sobre as fantasias dogmáticas, sejam de caráter político, ideológico ou simples modismos de última hora. As narrativas perdem a validade diante das verdades universais. Não há alternativa para a realidade. Estive em 1980 na União Soviética. Na época, era o seu esplendor. Fui de Moscou a Tashkent, na Ásia. Comunismo por todos os lados. Relatei minha experiência numa série de oito reportagens que foi publicada neste *Correio*. Um dia o vento virou e aquilo tudo foi demolido pela força dos fatos. A verdade pode demorar a chegar, mas prevalece.

Cortesia com o chapéu alheio



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Há algumas expressões populares que explicam bem certas cenas da vida pública, a exemplo de “fazer cortesia com o chapéu alheio”. É quando alguém posa de generoso, responsável ou salvador, mas a conta não sai do próprio bolso. Sai do bolso dos outros.

O acordo fechado entre o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal (GDF) para viabilizar o socorro ao BRB tem exatamente esse sabor amargo. Vende-se a solução como gesto de responsabilidade institucional. Mas, no fundo, o que se está fazendo é transferir para a sociedade de Brasília o custo de uma crise que não nasceu nas escolas, nos hospitais, nas delegacias, nas cidades ou nos serviços públicos. Nasceu dentro de uma operação financeira mal explicada, envolvendo compras de carteiras sem lastro, risco elevado e suspeitas graves de corrupção.

Segundo noticiado pela imprensa, a crise do BRB está ligada às operações com o Banco Master. A investigação policial aponta que carteiras problemáticas teriam sido adquiridas pelo banco público em meio a um esquema de vantagens indevidas. Também foi noticiado que o ex-presidente do BRB, hoje preso, teria recebido imóveis de alto valor como contrapartida para viabilizar essas operações. Ou seja: enquanto alguns teriam recebido apartamentos de luxo, a população recebe agora a fatura. E a fatura é bilionária.

O acordo prevê uma operação de R\$ 6,5 bilhões para capitalizar o BRB, com prazo de pagamento de até 15 anos. Quinze anos significam três mandatos e meio de governo. Significam uma geração inteira pagando por decisões tomadas em gabinetes fechados, longe da transparência que deveria proteger o patrimônio público.

O problema maior não é só o valor. É o preço fiscal da operação. A Cláusula Terceira do acordo é o coração desse problema. Ela transforma o socorro ao BRB em um compromisso de forte contenção fiscal para o Distrito Federal. Na prática, o GDF assume obrigações que podem limitar concursos públicos, reajustes salariais, criação de cargos, aumento de despesas permanentes e novas medidas que ampliem o gasto público, enquanto durar o ajuste vinculado ao empréstimo. O banco recebe oxigênio, mas o orçamento público asfixia. A dívida não será paga apenas com parcelas ao longo de 15 anos. Será paga também com restrição à capacidade do governo de contratar servidores, recompor perdas salariais, ampliar serviços e executar políticas públicas.

Isso significa que a conta que nasceu no banco pode bater na porta do professor, do policial, do médico, do enfermeiro, do servidor público, do contribuinte e do cidadão que espera atendimento público. O discurso oficial tenta apresentar o acordo como a solução menos danosa. Pode até ser, diante do risco de liquidação, intervenção ou colapso do banco. Mas isso não transforma o socorro em virtude. Apagar incêndio é necessário. O que não se pode é esquecer quem riscou o fósforo, quem deixou o combustível no chão e quem saiu pela porta dos fundos antes da fumaça tomar conta do prédio.

O mais grave é que essa operação chega em um momento em que as contas públicas já estão pressionadas. O DF convive com restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, crescimento de gastos obrigatórios e dificuldades para manter equilíbrio fiscal. Agora, além de tudo isso, terá de carregar nas costas uma dívida bilionária para salvar um banco ferido por decisões que precisam ser apuradas até o fim.

O que começou como operação financeira suspeita vira sacrifício coletivo. É a velha cena brasileira: privatiza-se o benefício e socializa-se o prejuízo. Quando havia bônus, prestígio, poder, negócios e influência, poucos estavam à mesa. Agora que chegou o prejuízo, chamam a população para dividir a conta.

Não se trata de defender a quebra do BRB. Ao contrário. O banco precisa ser preservado. Ele tem importância para a economia local, para os servidores, para empresas, para políticas públicas e para o próprio funcionamento financeiro do Distrito Federal. Mas salvar o BRB não pode significar não apurar responsabilidades. Socorrer o banco não pode virar anistia moral, política ou administrativa para quem levou a instituição a esse ponto.

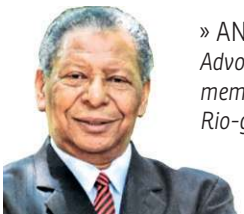
O chapéu usado nessa cortesia não pertence aos governantes. Pertence ao contribuinte. Pertence ao cidadão que paga imposto. Pertence ao servidor que pode ficar sem reajuste. Pertence ao jovem que espera concurso. Pertence ao paciente que precisa de atendimento. Pertence à cidade.

O mínimo que se espera agora é que ninguém tente vender como grande gesto de responsabilidade aquilo que, na prática, é uma conta amarga jogada sobre a sociedade. Brasília não pode ser obrigada a pagar, em silêncio, por um rombo que nasceu da mistura perigosa entre poder, dinheiro fácil e falta de controle.

Cortesia com o chapéu alheio pode parecer elegante para quem oferece, mas pesa muito na cabeça de quem é obrigado a usar.



Mãe África, berço da humanidade



» ANTÔNIO CARLOS CÔRTEZ
Advogado, psicanalista,
membro da Academia
Rio-grandense de Letras

A palavra África consta ser originária de fontes fenícias, gregas e mesmo romanas. Entre os primeiros, a expressão afa queria dizer poeira, terra. A história registra que os últimos, ao conquistarem Cartago, lá por 146 a.C., rotularam suas populações de Afri, recebendo a região Afri terra antes citada.

Na língua grega, o chamamento diria respeito a um local sem frio e de muito sol. Aliás, doutos dizem que o frio não existe, e sim a ausência do calor. Mas o termo Alkebuian se aproxima do que hoje conhecemos como “mãe da humanidade”.

A história registra que o Primeiro Congresso dos Estados Africanos Independentes realizou-se em Gana, a 15 de abril de 1958 (ano da primeira conquista pelo Brasil da Copa do Mundo de Futebol, apenas para nos situarmos na linha de tempo). Presentes as representações do Egito (palavra de passe, segundo as ciências espirituais), Etiópia, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia e Camarões. Por óbvio, África do Sul não participou, pois o ato apresentou a evolução da política de libertação no continente africano e aquela nação vivia então o auge do apartheid.

Decorridos cinco anos após aquele importante evento, 30 países da região promoveram novo encontro em Adis Abeba, na Etiópia, em que o anfitrião foi o imperador Haile Selassie. Cerca de dois terços do continente, por força própria, já havia conquistado a independência, separando-se dos estados imperiais europeus.

Naquele encontro, a Organização da Unidade Africana foi criada com o propósito de apoiar a descolonização de Angola, Moçambique, África do Sul e Rodésia do Sul. Foi assinada uma Carta de princípios basilares como referência para as relações entre os povos e entre os estados-membros. Selassie, em discurso histórico, vaticinou: “Possa esta convenção da união durar mil anos.”

O Dia de África, celebrado em 25 de maio, é um marco histórico mundial. Em 2015, lapidaram a temática Ano do Empoderamento das Mulheres e o Desenvolvimento em direção à Agenda de África 2063.

Já no título, nós nos referimos a “berço”, pois o continente é o terceiro maior do planeta. Traz em seu bojo 54 países totalmente livres e independentes. Lembra um arco-íris, lindo, ao expressar todas as cores, a representar culturas diferenciadas, línguas nativas por volta de duas mil e a abarcar visão de cenário cinematográfico em terceira dimensão. Honestidade, ética, amor ao próximo são virtudes naturais dos povos africanos.

Afinal, são cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, perfazendo 20% de toda a área de nosso planeta. Acolhe mais de um bilhão de

habitantes. Religiões e tradições são acatadas e respeitadas em seus fundamentos milenares.

Arqueólogos, em suas descobertas de fósseis, revelam que os primeiros hominídeos são africanos. Teriam surgido por volta de 200 mil anos atrás.

A língua portuguesa é língua oficial em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. Eis uma razão pela qual o Brasil também se identifica com essas nações. O geógrafo e professor Milton Santos, de saudosa memória, cujo centenário de nascimento estamos a comemorar neste 2026, dizia que o Oceano Atlântico não diminui nem apaga a profunda ligação histórica, cultural e estrutural do Brasil com a África.

No carnaval deste ano, o autor destas linhas, integrante do Grupo Palmares, que deu as bases para o Dia da Consciência Negra 55 anos atrás, foi convidado a desfilar pela Escola de Samba Portela. Experiência indescritível, de muita emoção. Ala de baianas, Velha Guarda, alegorias gigantes, bateria, harmonia, samba, evolução e graça no bailado da porta-bandeira com o mestre-sala. Tudo muito lindo e maravilhoso. O Éden é a Sapucaí. Ponto.

Sob o toldo branco, movia-se um carro alegórico a representar a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Impossível conter as lágrimas a correr no rosto deste escriba. Em reverente silêncio, fiz prece de gratidão à Mãe África e seus orixás, pois tudo o que somos veio do continente negro. Berço de meus ancestrais e de boa parte dos desfilantes e de quem presenciava o ruidoso espetáculo.